



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Projeto de Lei Complementar nº 40/2024

Processo Número: **19174/2024** | Data do Protocolo: 01/08/2024 18:20:26



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100360031003000310039003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Projeto de Lei Complementar

Dispõe sobre a criação de cargos de Médico Judiciário para o Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo -



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200300033003400380038003A005000

Assinado eletronicamente por **RICARDO MARTINS ROSA** em 01/08/2024 18:20

Checksum: **F126342C26C8F63C77D03E41028950CFA877990AB88FC9B38E51A8FC94CB3779**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200300033003400380038003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

OFÍCIO Nº 343/2024 – SPr 1.1

São Paulo, 1º de agosto de 2024.

Senhor Presidente,

Tenho a elevada satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dos ilustres integrantes dessa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso Projeto de Lei Complementar Estadual de interesse do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos de Médico Judiciário, especialidades Clínico Geral, Urologista, Ginecologista, Psiquiatra e Medicina do Trabalho, no Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A medida decorre de estudos realizados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e encontra-se delineada, em seus contornos gerais, na justificativa que ora anexo para conhecimento dessa ilustre Casa Legislativa.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA

Presidente do Tribunal de Justiça

A Sua Excelência, O Senhor

Deputado Estadual **ANDRÉ DO PRADO**

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP

MINUTA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE DE DE 2024

Dispõe sobre a criação de cargos de Médico Judiciário para o Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º - Ficam criados, no Subquadro de Cargos Públicos do Quadro do Tribunal de Justiça, SQC-III, classificados no Padrão 13-A, da Escala de Vencimentos – Cargos Efetivos – Área Saúde, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, de que trata a Lei Complementar nº 1.111, de 25 de maio de 2010, alterada pela Lei Complementar nº 1.217, de 12 de novembro de 2013, os seguintes cargos:

I - 10 (dez) cargos de Médico Judiciário (especialidade Clínica Geral);

II - 05 (cinco) cargos de Médico Judiciário (especialidade Urologia);

III - 05 (cinco) cargos de Médico Judiciário (especialidade Ginecologia e Obstetrícia);

IV - 05 (cinco) cargos de Médico Judiciário (especialidade Psiquiatria), e

V - 05 (cinco) cargos de Médico Judiciário (especialidade Medicina do Trabalho).

Artigo 2º - Ficam incluídas no Subanexo 1 - Cargos Efetivos do Anexo VII, a que se refere o artigo 41 da Lei Complementar nº 1.111, de 25 de maio de 2010, as descrições sumárias dos cargos criados pelo artigo 1º, na seguinte conformidade: MÉDICO JUDICIÁRIO (especialidade CLÍNICA GERAL)

Sumária: executar tarefas que envolvam as funções de realização de consultas, exames médicos, diagnósticos e inspeções de saúde; avaliar exames complementares; emitir laudos médicos e pareceres e atestados; conceder licenças para tratamento de saúde;



realizar visitas domiciliares ou em dependências hospitalares; providenciar remoção de pacientes para instituições hospitalares em casos de emergência; homologar atestados médicos emitidos por profissionais externos ao quadro do Tribunal de Justiça e executar outras atividades próprias da categoria médica, principalmente relacionadas à Clínica Médica.

Pré-requisito: Ensino Superior Completo em Medicina, Título de Especialista em Clínica Médica ou Residência Médica completa em Clínica Médica, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC e registro no Conselho de Classe correspondente.

MÉDICO JUDICIÁRIO (especialidade UROLOGIA)

Sumária: executar tarefas que envolvam as funções de realização de consultas, exames médicos, diagnósticos e inspeções de saúde na área de urologia; avaliar exames complementares; emitir laudos médicos e pareceres e atestados; conceder licenças para tratamento de saúde; realizar visitas domiciliares ou em dependências hospitalares; providenciar remoção de pacientes para instituições hospitalares em casos de emergência; homologar atestados médicos emitidos por profissionais externos ao quadro do Tribunal de Justiça e executar outras atividades próprias da categoria médica, principalmente relacionadas à Urologia.

Pré-requisito: Ensino Superior Completo em Medicina, Título de Especialista em Urologia ou Residência Médica completa em Urologia, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC e registro no Conselho de Classe correspondente.

MÉDICO JUDICIÁRIO (especialidade GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA)

Sumária: executar tarefas que envolvam as funções de realização de consultas, exames médicos, diagnósticos e inspeções de saúde na área de ginecologia e obstetrícia; avaliar exames complementares; emitir laudos médicos e pareceres e atestados; conceder licenças para tratamento de saúde; realizar visitas domiciliares ou em dependências hospitalares; providenciar remoção de pacientes para instituições hospitalares em casos de emergência; homologar atestados médicos emitidos por profissionais externos ao quadro do Tribunal de Justiça e executar outras atividades próprias da categoria médica, principalmente relacionadas à Ginecologia e Obstetrícia.

Pré-requisito: Ensino Superior Completo em Medicina, Título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia ou Residência Médica completa em Ginecologia e Obstetrícia, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC e registro no Conselho de Classe correspondente.

MÉDICO JUDICIÁRIO (especialidade PSIQUIATRIA)

Sumária: executar tarefas que envolvam as funções de realização de consultas, exames médicos, diagnósticos e inspeções de saúde na área de psiquiatria; avaliar exames



complementares; emitir laudos médicos e pareceres e atestados; conceder licenças para tratamento de saúde; realizar visitas domiciliares ou em dependências hospitalares; providenciar remoção de pacientes para instituições hospitalares em casos de emergência; homologar atestados médicos emitidos por profissionais externos ao quadro do Tribunal de Justiça e executar outras atividades próprias da categoria médica, principalmente relacionadas à Psiquiatria.

Pré-requisito: Ensino Superior Completo em Medicina, Título de Especialista em Psiquiatria ou Residência Médica completa em Psiquiatria, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC e registro no Conselho de Classe correspondente.

MÉDICO JUDICIÁRIO (especialidade MEDICINA DO TRABALHO)

Sumária: executar tarefas que envolvam as funções de realização de consultas, exames médicos, diagnósticos e inspeções de saúde na área de saúde ocupacional; avaliar exames complementares; emitir laudos médicos e pareceres e atestados; conceder licenças para tratamento de saúde; realizar visitas domiciliares ou em dependências hospitalares; providenciar remoção de pacientes para instituições hospitalares em casos de emergência; homologar atestados médicos emitidos por profissionais externos ao quadro do Tribunal de Justiça e executar outras atividades próprias da categoria médica, principalmente relacionadas à Medicina do Trabalho.

Pré-requisito: Ensino Superior Completo em Medicina, Título de Especialista em Medicina do Trabalho ou Residência Médica completa em Medicina do Trabalho, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC e registro no Conselho de Classe correspondente.

Artigo 3º - As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar correrão à conta de dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento-Programa vigente, suplementadas, se necessário.

Artigo 4º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes,

TARCÍSIO DE FREITAS
Governador do Estado de São Paulo



JUSTIFICATIVA

A presente proposta legislativa ora submetida à Augusta Assembleia Legislativa objetiva a criação de 30 (trinta) cargos de Médico Judiciário, sendo 10 (dez) cargos na especialidade de Clínica Geral, 5 (cinco) cargos na especialidade de Urologia, 5 (cinco) cargos na especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, 5 (cinco) cargos na especialidade de Psiquiatria e 5 (cinco) cargos na especialidade de Medicina do Trabalho para o Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para atendimento médico dos(as) magistrados(as) e servidores(as) deste Tribunal.

O cargo de Médico Judiciário do Tribunal de Justiça, conforme se verifica na descrição sumária de suas atribuições, constante no Subanexo 1 – Cargos Efetivos do Anexo VII, a que se refere o artigo 41 da Lei Complementar nº 1.111, de 25 de maio de 2010, tem como pré-requisito a conclusão do Ensino Superior em Medicina e registro no Conselho de Classe correspondente, não sendo exigido o requisito de especialidades médicas, nos termos da Resolução CFM nº 2.330/2023 do Conselho Federal de Medicina.

A SGP 5 – Diretoria da Saúde, subordinada à Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, conta atualmente com 32 (trinta e dois) Médicos Judiciários, sendo 27 (vinte e sete) ocupantes de cargos efetivos e 5 (cinco) exercentes de funções-atividades, destacando a inexistência de cargo vago.

A mencionada Diretoria tem como competência o atendimento médico e odontológico de magistrados(as) e servidores(as) deste Tribunal, gerenciamento de licenças e perícias médicas, análise e processamento dos recursos decorrentes das perícias médicas realizadas pelo Tribunal de Justiça, acompanhamento, orientação e promoção de ações visando a reinserção de servidores(as) após longos períodos de afastamento por motivo de saúde, acompanhamento e processamento dos pedidos de readaptação de servidores(as), participação na Comissão de Insalubridade, promoção de ações para o combate ao absenteísmo dos(as) servidores(as) ao trabalho, organização de campanhas para a promoção e educação em saúde, implementação de programas de prevenção de doenças, entre outras atividades relacionadas à área da saúde deste Tribunal.

Oportuno destacar que considerando r. determinação do Colendo Conselho Nacional de Justiça, por meio das Resoluções CNJ nº 227/2016 e nº 343/2020



e suas respectivas alterações, o Tribunal de Justiça implantou o regime de teletrabalho e instituiu condições especiais de trabalho aos(as) magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave e os(as) que tenham filhos(as) ou dependentes legais na mesma condição, pelas Resoluções TJSP nº 850/2021, alterada pela de nº 864/2022 e Resolução TJSP nº 925/2024, que passou a exigir da SGP 5 – Diretoria da Saúde, maior número de avaliações de perícias técnicas e emissões de conclusões periciais, realizadas pelos(as) Médicos(as) Judiciários(as) deste Tribunal.

É indispensável a criação de cargos de Médico Judiciário, com especialização nas áreas de Clínica Geral, Urologia, Ginecologia e Obstetrícia, Psiquiatria e Medicina do Trabalho para o Quadro de Servidores do Tribunal de Justiça, para melhor atender as demandas da SGP 5 – Diretoria da Saúde, com a manutenção dos cargos efetivos de Médico Judiciário atualmente existentes, todos providos e que não são especializados, de acordo com requisitos constantes da Resolução CFM nº 2.330/2023 do Conselho Federal de Medicina.

Desta forma, a aprovação do presente projeto de lei complementar atenderia às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para a contínua promoção de saúde e para a melhoria da qualidade de vida de magistrados(as) e servidores(as) desta Corte.

São Paulo,

FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
(assinado digitalmente)

